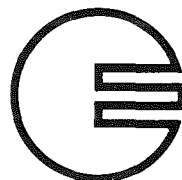


P  
BCE/PG/SP  
v. 14/n. 2  
1990

# PROCURADORIA GERAL ESTADO DE SÃO PAULO



CENTRO DE ESTUDOS

# BOLETIM

VOLUME 14

BCE/PG/SP  
v. 14/n. 2  
1990

SÃO PAULO, SP, BRASIL - FEVEREIRO 1990

DE

JUSTIÇA

NÚMERO 2

## SUMÁRIO

BIBLIOTECA

### PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

|   |    |
|---|----|
| Lei Orgânica da Defensoria Pública Estadual - Comissão. Res. Conj. SJ/PGE n. 3, de 9.2.90   | 43 |
| Municípios - Requisitos. Comissão. Res. Conj. SJ/PGE n. 4, de 14.2.90   | 43 |
| Direitos e Liberdades Fundamentais - Ações. Comissão. Res. Conj. SJ/PGE n. 5, de 14.2.90  | 44 |
| Microempresas - Definições. Comissão. Res. Conj. SJ/PGE n. 6, de 14.2.90  | 44 |
| Administração Pública Direta e Indireta - Aquisição de Bens e Serviços. Comissão. Res. Conj. SJ/PGE n. 7, de 14.2.90                            | 44 |
| Poder Judiciário - Justiça de Paz. Comissão. Res. Conj. SJ/PGE n. 8, de 14.2.90   | 45 |
| Ato Administrativo - Prazos. Comissão. Res. Conj. SJ/PGE n. 9, de 14.2.90   | 45 |
| Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - Criação. Comissão. Res. Conj. SJ/PGE n. 10, de 14.2.90                              | 45 |
| Conselho Estadual de Política Penitenciária - Comissão. Res. Conj. SJ/PGE n. 11, de 14.2.90   | 46 |
| Servidor Público - Participação nos Colegiados e Diretorias de Órgãos Públicos. Comissão. Res. Conj. SJ/PGE n. 12, de 14.2.90                   | 46 |
| Ecologia e Meio Ambiente - Reservas Indígenas. Proteção. Comissão. Res. Conj. SJ/PGE n. 13, de 14.2.90  | 46 |
| Serviços Públicos - Concessão ou Permissão. Comissão. Res. Conj. SJ/PGE n. 14, de 14.2.90   | 47 |
| Cartórios Extrajudiciais - Criação. Comissão. Res. Conj. SJ/PGE n. 15, de 14.2.90   | 47 |
| Assistência Judiciária - Honorários de Advogado. Comissão. Res. Conj. SJ/PGE n. 19, de 23.2.90  | 48 |
| Responsabilidade Civil - Danos Causados ao Erário. Comissão. Res. Conj. SJ/PGE n. 20, de 23.2.90  | 48 |
| Fundos Previstos na Constituição do Estado de São Paulo, de 1989 - Criação. Comissão. Res. Conj. SJ/PGE n. 21, de 28.2.90                       | 48 |
| Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado - Comissão Editorial. Composição. Portaria GPG n. 36, de 20.2.90                              | 49 |
| Procuradoria Regional da Grande São Paulo - Assistentes Técnicos em Processos Judiciais. Tabela de Honorários. Reajuste. Portaria GPR-1 n. 1/90 | 49 |
| Prêmio "O Estado em Juízo" - Ano 1989. Procuradoria Indicada para Recebimento   | 49 |
| Estagiários - Convênios Firmados  | 50 |

### TRABALHOS DOUTRINÁRIOS

|   |    |
|---|----|
| Normas Tributárias na Constituição Estadual   | 51 |
| Breves Aparentamentos Sobre o Recurso de <i>Habeas Corpus</i> na Constituição de 1988 | 51 |
| O Outro Lado do Colarinho Branco  | 53 |

### TRABALHOS FORENSES

|   |    |
|---|----|
| Reclamação Trabalhista - Servidor Estatutário. Incompetência <i>Ratione Materiae</i> e <i>Ratione Loci</i> . Art. 114 da CF   | 56 |
| Execução Fiscal - Embargos. Necessidade da Intimação Pessoal do Representante Judicial da Fazenda do Estado em Comarca onde não tenha Sede o Procurador do Estado Atual | 57 |

### JURISPRUDÊNCIA

|   |    |
|---|----|
| Reclamação Trabalhista - Servidor Estatutário. Incompetência <i>Ratione Materiae</i> e <i>Ratione Loci</i> . Art. 114 da CF   | 58 |
| Execução Fiscal - Embargos. Necessidade da Intimação Pessoal do Representante Judicial da Fazenda do Estado em Comarca onde não tenha Sede o Procurador do Estado Atual | 58 |
| Ementário   | 59 |

### LEGISLAÇÃO FEDERAL

|   |    |
|---|----|
| Ementário   | 63 |
| Salário Mínimo - Valor. Março de 1990. Decreto n. 98.985, de 28.2.90                            | 64 |
| Valores de Referência - Atualização. Março de 1990. Portaria n. 49, de 28.2.90                  | 64 |
| Imposto de Renda - Pessoa Física. Cálculo. Março de 1990. Instrução Normativa n. 23, de 28.2.90 | 65 |

### LEGISLAÇÃO ESTADUAL

|   |    |
|---|----|
| Ementário   | 65 |
| Contrato - Lei n. 6.544/89 (art. 93). Aditamentos. Correção Monetária. Autorização. Lei n. 6.753, de 23.2.90  | 67 |
| Assembleia Nacional Constituinte e Anistia - Comissão Especial para Processamento e Instrução. Art. 2º do Decreto n. 26.611/87. Alteração. Decreto n. 31.187, de 5.2.90 | 67 |
| Estabilidade - Servidor Público. Aplicação do Art. 19 do ADCT da CF de 1988. Decreto n. 31.198, de 15.2.90  | 67 |
| Fundo de Assistência Judiciária - Plano de Aplicação de Recurso. Exercício de 1990. Res. SJ n. 1, de 30.1.90  | 68 |
| Licitação e Contrato - Estatuto Jurídico. Lei n. 6.544/89. Competência. Secretaria da Justiça. Res. SJ n. 2, de 9.2.90  | 68 |
| Licitação e Contrato - Estatuto Jurídico. Decreto n. 31.142/90. Aplicação. Esclarecimentos. Res. SF n. 11, de 19.2.90   | 68 |
| Tarifa-Quilômetro - Reajuste. Portaria DETIN n. 3, de 28.2.90   | 69 |
| Unidade Fiscal do Estado de São Paulo (UFESP) - Valor Diário. Fevereiro de 1990. Com. DIPLAT n. 40, de 23.2.90  | 69 |
| Atualização Monetária - Débitos Fiscais. Tabela Prática. Março de 1990. Comunicado DIPLAT n. 42, de 1º.3.90   | 69 |

## TRABALHOS DOCTRINÁRIOS

### DIVERSOS

#### **NORMAS TRIBUTÁRIAS NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL (por Regina Helena Costa, Procuradora do Estado de São Paulo)\***

A Constituição Paulista, promulgada em 5 de outubro de 1989, trouxe, dentre suas inovações, uma maior preocupação com a matéria tributária. Em seu Título V, denominado "Da Tributação, das Finanças e dos Orçamentos", encontramos o Capítulo I, dedicado ao "Sistema Tributário Estadual".

Tal preocupação ressalta se considerarmos a pouca atenção atribuída ao assunto pela Carta anterior, que lhe outorgava poucos artigos, imiscuídos em disposições de ordem financeira.

Entretanto, o fato de a Constituição Estadual ter consignado vários preceitos à disciplina dos tributos pode conduzir a uma conclusão apressada de que o constituinte estadual realmente inovou nessa matéria. Na verdade, não o fez. Nem, aliás, podia fazê-lo.

Numa análise perfunctória, podemos verificar que pouco se fez além de reproduzir o texto da Lei Maior, eis que esta, como é da tradição do direito constitucional pátrio, praticamente afasta a possibilidade de atividade legisferante complementar e inovadora, face às exaustivas disposições que contém a respeito desse assunto. Tanto assim é que, por sucessivas vezes, a ela a Constituição Paulista faz remissão (arts. 163, VII; 165, § 2º, 4 e 8, c; 167, III).

Convém, entretanto, apontarmos alguns dispositivos nos quais o constituinte estadual distanciou-se do Texto Magno, já devidamente esmiuçado pelos mestres, para que se confirme nossa assertiva.

Inicialmente, nos artigos 161 e 166, encontramos preceitos de política fiscal, os quais determinam, respectivamente, que o Estado proporá e defenderá a isenção de impostos sobre produtos componentes da cesta básica e que isentará, do imposto sobre transmissão *causa mortis*, o imóvel de pequeno valor, utilizado como residência do beneficiário da herança.

O artigo 164, por sua vez, reproduz o conteúdo do artigo 5º, inciso XXXIV, da Constituição da República, ao vedar a cobrança de "taxas" pelo exercício do direito de petição ao Poder Público em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder e para a obtenção de certidões em repartições públicas, para a defesa de direitos e esclarecimentos de interesse pessoal. Neste passo, cremos, pois, que o constituinte estadual andou mal ao inserir tal dispositivo – que no diploma federal consta entre os direitos e deveres individuais e coletivos – no capítulo do "Sistema Tributário Estadual". Melhor teria sido ubicá-lo no capítulo referente à Administração Pública, vez que contempla direito de administrado.

Isto porque o constituinte federal, ao aí empregar o termos "taxas", não o fez no seu sentido técnico, contido no artigo 145, inciso II, da Constituição da República e repetido no artigo 160, inciso II, da Constituição Paulista. Com efeito, as aludidas "taxas", não remunerariam nem a prestação de serviço público, nem o exercício de atividade de polícia, hipóteses ensejadoras da exigência do tributo homônimo.

O que se veda, no dispositivo constitucional, é a exigência de quaisquer preços que possam vir a obstar ou dificultar o exercício do direito de petição e de obtenção de certidões em repartições públicas nas situações especificadas.

Finalmente, vale ressaltar que o § 3º do artigo 165 reza que o produto das multas provenientes do adicional do imposto de renda, imposto estadual recém instituído, será aplicado obrigatoriamente na construção de casas populares. Não se pode objetar a constitucionalidade do dispositivo, visto que não ofende o princípio da não afetação da receita proveniente de impostos, previsto no artigo 167, inciso IV, da Constituição da República. As multas, como sabido, não são tributos, mas sanções pecuniárias impostas em razão do descumprimento de obrigação tributária.

Veja-se, portanto, que o constituinte estadual, cômico de seu restrito papel, no tocante à disciplina tributária, cingiu-se ao acréscimo de poucas disposições de natureza administrativa, evitando, assim, incidir em inconstitucionalidade.

#### **BREVES APONTAMENTOS SOBRE O RECURSO DE HABEAS CORPUS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 (por Marcos Roberto Alexander, Advogado Criminal em São Paulo e Professor da Escola de Advocacia da OAB/SP)\***

### I – INTRODUÇÃO

Sabemos que, denegado o *Habeas Corpus* por Juiz de Primeiro Grau, cabe recurso em sentido estrito para o Tribunal competente (art. 581, X, do CPP).

Todavia, tão relevante é a liberdade individual, base de um Estado Democrático de Direito, que a Constituição não pode satisfazer-se apenas com tal recurso. Assim na hipótese de ser confirmada a decisão denegatória de *Habeas Corpus* pelo Tribunal recursal, ou denegada originariamente por qualquer Tribunal, tem o cidadão a via aberta para socorrer-se das mais elevadas Cortes do País (STF e STJ). O instrumento para fazê-lo é o Recurso Ordinário Constitucional.

\* Trabalhos pertencentes ao projeto "Orientação Objetiva", idealizado e coordenado (a título de colaboração voluntária) pelo Procurador Carlos Ari Vieira Sundfeld, com quem os Procuradores eventualmente interessados deverão entender-se.

## II – RETROSPECTIVA CONSTITUCIONAL DO RECURSO DE *HABEAS CORPUS*

Como se sabe, a constitucionalização do instituto do *Habeas Corpus* apenas se deu na Constituição de 1891 (art. 72, § 22).

Assim sendo, apenas na primeira Carta Republicana é que se encontra o primórdio do Recurso Ordinário Constitucional, em cujo artigo 61, § 1º, lê-se:

“Artigo 61 – As decisões dos juízes ou Tribunais dos Estados na matéria de sua competência, porão termo aos processos e às questões, salvo quanto:

1º) *Habeas Corpus*,

.....  
Em tais casos haverá recurso voluntário para o Supremo Tribunal Federal.”

Já no Texto Constitucional de 16 de julho de 1934, entre as competências da Corte Suprema (era dessa maneira que a Constituição em tela denominava o Supremo Tribunal Federal), assim encontrava-se previsto o recurso de *Habeas Corpus*, de modo já assemelhado ao atual:

“Artigo 76 – À Corte Suprema compete:

.....  
julgar:

.....  
II – em recurso ordinário:

.....  
c) as decisões de última ou única instância das Justiças locais e as de juízes e Tribunais Federais, denegatórias de *Habeas Corpus*.”

Quanto aos Textos Constitucionais posteriores (1937, art. 101, II, 2º, b; 1946, art. 101, II, a; e 1967, art. 114, II, a), o recurso ordinário constitucional foi mantido, sem que houvesse mudança significativa.

Todavia, entre as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional n. 1, de 1969, na Constituição de 1967, inovação houve no tocante ao recurso de *Habeas Corpus*. Mencionada emenda introduziu ressalva jamais existente em nossas Constituições passadas, vedando expressamente a possibilidade de se impetrar *Habeas Corpus* originário em substituição ao recurso ordinário constitucional (CF, art. 119, II, c), estando o aludido dispositivo Constitucional assim redigido:

“Artigo 119 – Compete ao Supremo Tribunal Federal:

.....  
II – julgar em recurso ordinário:

.....  
c) os *Habeas Corpus* decididos em única ou última instância pelos Tribunais Federais ou Tribunais de Justiça dos Estados, se denegatória a decisão, não podendo o recurso ser substituído por pedido originário.”

Esclarece-se, com apoio da lição do eminente processualista Alcides de Mendonça Lima, em artigo intitulado: *O Supremo Tribunal Federal e os Habeas Corpus* (Revista dos Tribunais, v. 477, p. 301-3), que, ao fazer tal modificação, a Emenda Constitucional n. 1, de 1969,

quebrou com costume constitucional brasileiro, que permitia ao STF conhecer de pedidos diretos de *Habeas Corpus*, fora dos casos de sua competência originária, se houvesse perigo de se consumir a violência antes que o outro órgão judicante pudesse conhecer do pedido.

Por derradeiro, examinando o vigente Texto Fundamental vê-se que o Constituinte, ao versar sobre a competência do Supremo Tribunal Federal, previu o recurso Ordinário Constitucional (art. 102, II, a) para a hipótese de a decisão denegatória do *writ* provir dos Tribunais Superiores, reservando ao Superior Tribunal de Justiça (art. 105, II, a) a competência para julgar os recursos ordinários constitucionais quando a decisão negativa de prestação jurisdicional partir dos Tribunais Federais ou Estaduais de segundo grau.

## III – INOVAÇÕES ADVINDAS DA VIGENTE CARTA POLÍTICA

Pela primeira vez em nosso Direito, a competência para conhecer e julgar os recursos ordinários constitucionais biparte-se em duas Cortes, cabendo ao STF julgar os recursos ordinários interpostos de decisões denegatórias de *Habeas Corpus* proferidos, em única instância, pelos Tribunais Superiores (CF, art. 102, II, a) e, ao STJ, apreciar os recursos ordinários em relação às decisões não concessivas de *Habeas Corpus* proclamadas pelos Tribunais dos Estados (TJ, TA e TJME) ou pelos Tribunais Regionais Federais, (CF, art. 105, II, a).

Outra alteração trazida pela Constituição de 1988, é a possibilidade de o recorrente impetrar novo *Habeas Corpus* perante o Tribunal *ad quem*, em vez de se valer do Recurso Ordinário Constitucional, ao reverso do que dispunha o artigo 119, II, c, *in fine*, da precedente Carta Política, que expressamente vedava tal possibilidade.

## IV – DA DENOMINAÇÃO

A denominação “recurso ordinário constitucional” é adotada para diferenciar-se o instrumento do chamado recurso extraordinário, uma vez que esse sempre apresenta limitações para sua interposição, admissibilidade e conhecimento.

## V – EFEITOS

Tem efeito devolutivo, como todo recurso, posto que remete ao Tribunal *ad quem* a matéria recorrida.

De outro lado, ocorre a dilatação procedimental, visto que o recurso sobe nos mesmos autos.

## VI – LEGITIMIDADE

Tratando-se de decisão denegatória de *Habeas Corpus*, parte legítima para recorrer são o impetrante ou paciente, ainda que se trate de pessoas leigas (RTJ 119/167).

Importante assinalar que o Ministério Público que atua em segundo grau de jurisdição pode interpor recurso ordinário, desde que o faça em favor do réu.

## VII – PROCEDIMENTO

1 O recurso ordinário constitucional é interposto,

nos próprios autos, por meio de petição dirigida ao Presidente do Tribunal recorrido, no prazo de 5 (cinco) dias (RISTF, art. 310, e Súmula n. 319, STF), a contar da publicação do acórdão, prazo este que não é suspenso pelas férias forenses (RTJ 117/1020). E deve ser acompanhado pelas razões recursais, sob pena de não conhecimento (RTJ 114/110).

2 Recebido o recurso, o Presidente do Tribunal recorrido dará vista ao Ministério Público, pelo prazo de 5 (cinco) dias, em cumprimento ao princípio da igualdade processual.

Na hipótese de se tratar de Tribunal Federal (v.g. TRF), o Presidente do Tribunal *a quo* determinará a imediata subida dos autos ao Tribunal *ad quem*. Com isso, evita-se um *bis in idem*, posto que, em caso contrário, o Ministério Público Federal atuaria duas vezes, por representantes diferentes, para manifestar-se sobre o mesmo assunto.

3 Os autos serão remetidos ao Tribunal *ad quem*;

4 Chegados os autos ao STF ou STJ, serão eles protocolados, registrados e distribuídos a um relator;

5 Em seguida, serão encaminhados ao MPF, para parecer no prazo de 48 horas;

6 Após o parecer, irão ao relator sorteado, que submeterá o feito a julgamento pela Turma, composta de 5 (cinco) Ministros, tanto no STF quanto no STJ (RI/STF, art. 9º, II, *a*, e RI/STJ, art. 13, II, *a*).

#### VIII – PECULIARIDADES

1 É conhecido na prática forense com o nome de “RHC”.

2 Decisão que não conhece do *Habeas Corpus* também é atacada pelo RHC (STF; RHC n. 52.905, DJU, 9.11.84, p. 8.374 e STJ, RHC n. 260-SP, j. 25.9.89). Todavia, nessa hipótese, para não suprimir um grau de jurisdição o Tribunal *ad quem*, via de regra, apenas afasta o não conhecimento, determinando ao Tribunal *a quo* que prossiga no julgamento da questão de fundo.

3 A falta das razões, quando da interposição do recurso, leva ao não conhecimento deste, por ausência de um dos pressupostos recursais objetivos, ou seja, a inobservância de formalidade legal. Contudo, em casos especialíssimos, o STF – e certamente não será diferente no STJ – ao não conhecer do recurso, concede o *Habeas Corpus ex officio*, como na hipótese do RHC n. 54.218-RJ.

4 Há possibilidade, ante a nova ordem Constitucional, de se impetrar originariamente ordem de *Habeas Corpus* perante o Tribunal competente (STF; STJ), em substituição ao “RHC”.

Nesse sentido, já decidiu o STJ:

“Em sede de *Habeas Corpus*, onde está em jogo o sagrado direito de liberdade, inexistindo óbice legal, não se pode, em louvor ao mero formalismo, deixar de conhecer do remédio heróico, originariamente impetrado, ainda que substitutivo de

recurso necessário de decisões denegatórias, em única ou última instância, proferidas por Tribunais Federais de Justiça Estaduais.” (DJ de 21.8.89, p. 13.329)

Ainda que de forma incidental, assim o eminente Ministro Moreira Alves declarou em seu voto, ao apreciar o HC n. 67.263-9-SP:

“Para que se evitem tais situações, e tendo em vista que, nelas, o *Habeas Corpus* originário é mero substitutivo do recurso ordinário (substituição essa que não mais é proibida pela atual Constituição, ao contrário do que ocorria na Emenda Constitucional n. 1/69, em face do art. 119, II, *c*, *in fine*), se o paciente perder o prazo para o recurso ordinário, poderá ele impetrar *Habeas Corpus* originário, como substitutivo daquele recurso, ao próprio Superior Tribunal de Justiça.”

Ressalte-se ainda que, dentro do voto acima referido, importantíssima distinção surge quando o recorrente opta por impetrar *Habeas Corpus* originário perante o STJ, em substituição ao RHC; nessa hipótese, o interessado poderá, caso o STJ denegue a ordem, interpor RHC (art. 102, II, *a*, da Constituição Federal).

Por último, observe-se que não há óbice legal a que o impetrante deixe de interpor recurso em sentido estrito contra decisão de primeiro grau denegatória de *Habeas Corpus*, e ajuíze *habeas corpus* perante o colegiado competente. Como testemunho dessa afirmação, veja-se RT n. 640/305.

5 Ainda na hipótese de RHC decidido pelo STJ, caso envolva matéria constitucional, o recorrente poderá interpor recurso extraordinário (Constituição Federal, art. 102, III, *a*) que será, evidentemente, julgado pelo STF, ainda atuando como Corte de 3º ou 4º grau de jurisdição.